

DOCUMENTO  
 FONTO  
 DATA 15/4/2000 Pg 20 A  
 CLASS. 323

# Desmatamento é culpa do governo, diz instituto

Conclusão é do Inesc: governo brasileiro só teria aplicado metade do dinheiro que seria destinado ao meio ambiente até outubro do ano passado. Redução no desmatamento foi mínima

O fato de o governo não ter aplicado o dinheiro que prometeu para o meio ambiente é um dos principais responsáveis pelos altos índices de desmatamento na Amazônia. A conclusão é do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Uma análise do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelou que, apesar de os índices continuarem muito altos, houve uma pequena queda de 2,7% na taxa média de desflorestamento da região no ano passado, comparada com o período anterior: foram 16.926 quilômetros quadrados desmatados em 99, contra 17.383 km<sup>2</sup> em 98. Em 1997, foram 13.227 km<sup>2</sup>.

O assessor de Política Indígena e Ambiental do Inesc, Hércio Marcelo de Souza, conta que, até junho de 1999, o Ministério do Meio Ambiente havia gasto 22% do total do orçamento e a execução ainda era inferior a 50% em outubro. "O pique de demanda por monitoramento ocorre entre o segundo e terceiro trimestres, quando são registradas as maiores ameaças aos biomas naturais", diz Hércio, referindo-se a queimadas e desmatamentos.

A sub-secretária de Orçamen-

to e Administração do Meio Ambiente, Anna Flávia de Senna Franco, explica que a execução do orçamento foi limitada pelo decreto presidencial 3.031. O presidente FHC cortou temporariamente gastos com os projetos previstos no programa "Brasil em Ação", como o de prevenção e combate a desmatamentos.

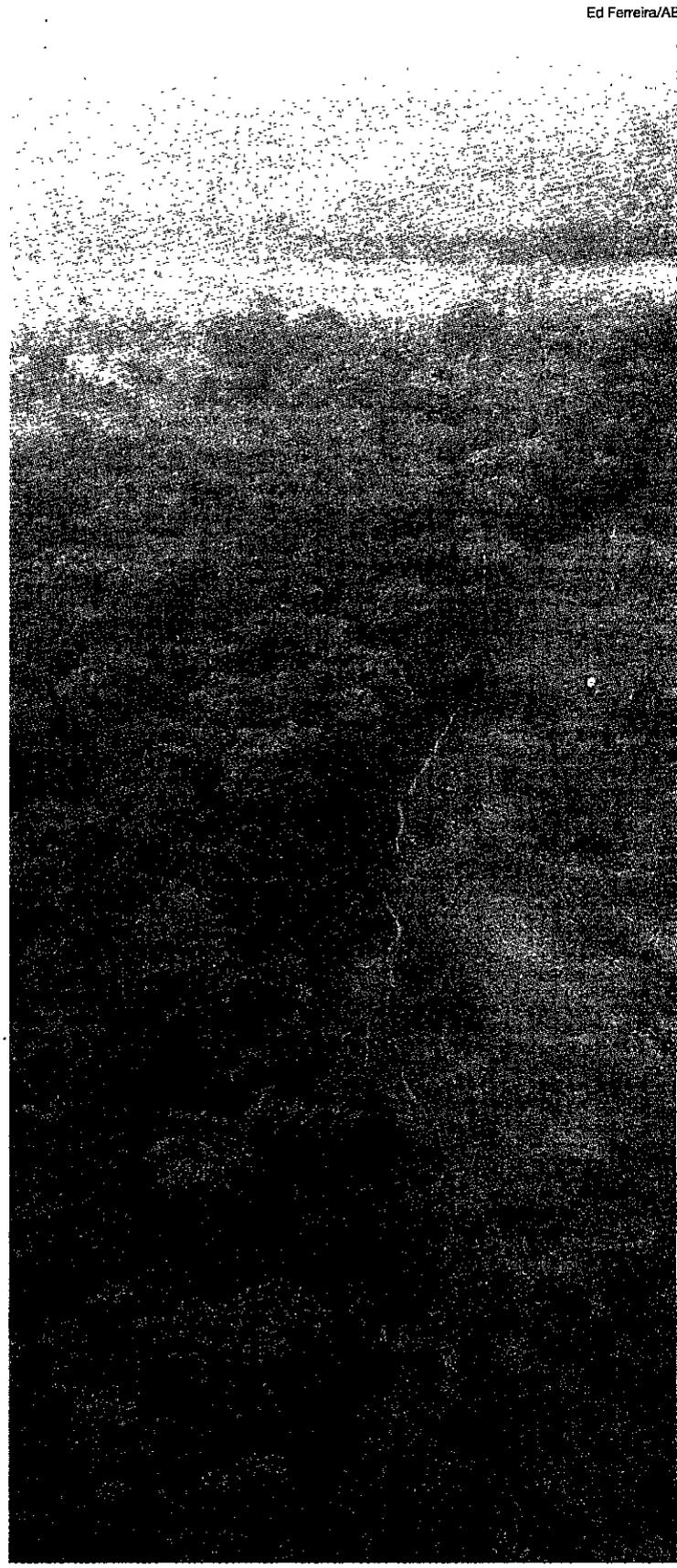
## Educação ambiental

Também foram sacrificados, durante boa parte de 1999, os projetos Amazônia Sustentável, Parques do Brasil, Pantanal e educação ambiental. No fim do ano, entretanto, o ministério conseguiu executar e empenhar (assinar convênios para gastos mesmo em período posterior ao do ano de previsão do orçamento) 94% do total da verba autorizada pelo Congresso. Segundo Anna Flávia, os recursos empenhados já começaram a ser liberados este ano, mas seguem o cronograma das metas cumpridas.

O Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (Proarco), idealizado após o desastre de Roraima, em 98, em que incêndios destruíram 40% das florestas do Estado, não recebeu nem um centavo no ano passado.

A abertura de crédito de R\$ 15,5 milhões foi aprovada em agosto pelos parlamentares, mas não a tempo de o governo firmar convênio com o Banco Mundial para garantir recursos externos para o projeto, que também exigia contrapartida do governo brasileiro.

Sandra Sato/AE



DESTRUIÇÃO: 16.926 quilômetros quadrados foram desmatados em 99